

Dívida não pode ser obstáculo

É a tese que a nova diretoria do BC vai apresentar aos banqueiros

As condições de pagamento da dívida externa não podem sacrificar a retomada do crescimento interno da economia: esta é a principal idéia que o diretor da Área Externa do Banco Central, Sergio de Freitas, pretende levar à comunidade financeira internacional reunida em Viena, a partir de sexta-feira, para a 39a. assembleia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Freitas embarca hoje à noite, integrando uma missão que foi reduzida para apenas nove membros, entre os quais o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Gurgel de Alencar.

O diretor do Banco Central, apontado como principal encarregado das futuras negociações com os bancos credores no exterior, reconheceu que o problema imediato da nova equipe não é a retomada das conversações com os

banqueiros, mas sim o novo acerto com o Fundo Monetário Internacional. Desse acerto, em torno das metas do programa econômico brasileiro, depende o sinal verde do FMI para o prosseguimento dos entendimentos que vinham sendo mantidos até o início de janeiro com o Comitê de Assessoramento da dívida brasileira, visando estabelecer as condições para a continuidade da rolagem das amortizações.

Freitas acredita que a eventual manutenção das condições de renegociação que os bancos queriam, mesmo excluindo os juros do refinanciamento, não traria nenhuma dificuldade ao País ao longo deste ano se fossem cumpridas as projeções de entrada de divisas com as exportações. Quanto às taxas de risco, que era um dos pontos principais da negociação anterior, o ex-diretor do Banco Itaú acha que seus efeitos em termos de

redução dos pagamentos ao exterior são mínimos e portanto não trarão problemas quando a discussão for retomada com os banqueiros.

Após a reunião de Viena, que termina terça-feira, a próxima viagem do diretor da Área Externa deverá ser a Washington, onde participará da reunião semestral do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, em abril. Está prevista para esta reunião, com a presença de ministros e presidentes de bancos centrais de todo o mundo, a retomada da discussão sobre o endividamento mundial, em torno das duas posições contrárias: a dos Estados Unidos, liderando os países ricos que pretendem manter as renegociações apenas com os bancos credores, e do outro lado a dos países devedores que desejam um tratamento político para o problema de suas dívidas.